

GESPAÇOS

Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Relatório e Contas 2018

[Handwritten signature]

Índice

Mensagem do Conselho de Administração

1. Introdução
2. Apreciação Global de Gestão
 - 2.1. Consolidação de Estratégias prosseguidas
 - 2.2. Desenvolvimento dos Projetos
 - 2.2.1. Escolas de Natação e Pólo
 - 2.2.2. Desporto escolar
 - 2.2.3. Apoio ao desporto
 - 2.2.4. Natação para alunos deficientes
 - 2.2.5. Manutenção
 - 2.2.6. Recreação
 - 2.2.7. Aeróbica
 - 2.2.8. Ginásio
 - 2.2.9. Hidroginástica
 - 2.2.10. Hidro Cycling
 - 2.2.11. Promoção do desporto
 - 2.2.12. Projeto Sénior
 - 2.2.13. Outros projetos
 - 2.2.14. Frequência do complexo das Piscinas
 - 2.3. Responsabilidade Social
 - 2.4. Divulgação de projetos e atividades
 - 2.5. Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços
3. A organização administrativa e os Recursos Humanos

Situação Económica e Financeira

1. Situação da Empresa
 - 1.1. Rendimentos e Gastos
 - 1.2. Resultados
 - 1.3. Situação Patrimonial
 - 1.4. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
 - 1.5. Prazo Médio de Recebimentos (PMR)
 - 1.6. Dívidas Ao Estado e Segurança Social
 - 1.7. Factos relevantes
 - 1.7.1. Acordo de pagamento com o fornecedor AdPF

Evolução previsível da Empresa

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerações Finais

Anexo ao Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras

Anexos às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O atual Conselho de Administração, que tomou posse a 29 de junho de 2018, apresenta o **Relatório e Contas do ano de 2018**.

Depois do resultado negativo (em cerca de 400 mil euros) apresentado no exercício de 2013, a consolidação das contas da Gespaços nos exercícios seguintes de 2014, 2015, 2016, 2017 e agora 2018, é um facto capaz de transmitir o trabalho exaustivo na manutenção da credibilidade da empresa e da implementação de uma nova dinâmica na relação com os utentes. É este empenho e dedicação de toda a estrutura da Gespaços que permitiu atingir o objetivo a que nos propusemos e propomo-nos para o restante mandato, ou seja, manter a empresa com resultados sustentáveis.

Assim, olhamos para o ano de 2018, como mais um ano em que foram ultrapassados enormes desafios e muitas dificuldades, pese embora ter sido possível atingir as principais metas a que se propôs esta administração da Empresa Municipal. Essencialmente, criar melhores condições de utilização e novas atividades por forma a que o número de utentes a utilizar os Nossos espaços venha a aumentar de ano para ano.

Como entidade executória das políticas do Município e competindo à Empresa a execução de todas as deliberações da autarquia em matérias desportivas, de recreio, lazer e cultura, tudo tem sido feito de forma contratual e com respeito pelos princípios da eficiência e flexibilidade de gestão, transparência, qualidade e rigor.

A gestão eficiente dos recursos públicos foi, é e será, uma obrigação assumida pelo Conselho de Administração, sempre com uma preocupação diária em melhorar a qualidade da prestação de serviços a todos os munícipes, nomeadamente aos seus utentes.

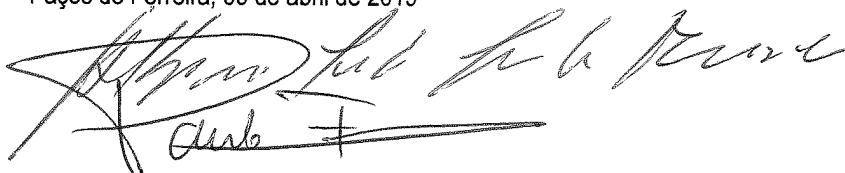
Em nome do Conselho de Administração não podemos deixar de apresentar, publicamente, uma palavra de apreço e gratidão às seguintes pessoas/entidades:

- Ao acionista único da Empresa Municipal, pela forma sempre pronta e motivadora com que responde aos desafios e necessidades da empresa;
- A todas as entidades protocoladas com a Gespaços, pela colaboração na divulgação do protocolo que tem potenciado a utilização dos serviços disponibilizados pela Empresa;
- A todos os munícipes, que têm contribuído para prestigiar a Gespaços, as Piscinas Municipais e Pavilhões Municipais, enquanto equipamentos de extrema importância na prática desportiva e na

prestação de um serviço público de qualidade, e o Parque Urbano de Paços de Ferreira enquanto equipamento de lazer e bem-estar, que proporciona à cidade e aos cidadãos um alargamento da dinâmica de fruição dos acessos e interligações urbanas entre as ruas que o ladeiam e os equipamentos e serviços de lazer circundantes numa perfeita relação de continuidade;

- A todos os colaboradores da empresa, por tudo o que durante o ano de 2018 fizeram e suportaram, sendo certo que também existimos por eles e para eles.
- Aos fornecedores, que continuam a mostrar uma grande confiança na Gespaços.

Paços de Ferreira, 09 de abril de 2019



Paulo Jorge Rodrigues Ferreira

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Dando cumprimento ao preceituado no artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e tendo em conta o direito de superintendência que vos assiste, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. (“Gespaços”, “Empresa” ou “Empresa Municipal”), relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2018.

1. Introdução

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis nºs 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e 55/2011, de 15 de Novembro, no seu artigo nº 70, a Gespaços ficou obrigada “a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor.” Os Estatutos atualizados da Gespaços foram aprovados na Reunião da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2013.

A Lei nº 50/2012 de 31 de agosto é bem clara quanto ao objeto social das empresas municipais, de tal forma que o objeto social da Gespaços passou a ser “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.”

2. Apreciação global da gestão

A Empresa Municipal foi constituída em 2001, fundamentalmente, para gerir o Complexo de Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Desde logo se apresentou, pelo seu objeto estatutário, com potencialidades para incluir, no âmbito da sua atividade, os restantes equipamentos desportivos existentes no Município, e todos aqueles que, no futuro, viessem a existir, incluindo equipamentos culturais e de lazer.

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, como vimos, o objeto social da Gespaços passou a ser “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.”

A Empresa tem vindo a prestar ao Pelouro do Desporto e Cultura assessoria técnica, desportiva, jurídica e administrativa, na definição da política desportiva municipal e no controlo da sua execução. Os apoios ao movimento associativo desportivo têm sido processados através da Gespaços, que acompanha a sua execução e, sobre ela, emite parecer.

A Empresa promove e apoia os eventos desportivos, sempre na perspetiva de desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações do concelho, como é o caso dos Jogos Interfreguesias.

Na gestão dos equipamentos, a Empresa pauta-se pelos princípios do serviço público, da eficiência, da qualidade, da rentabilidade, visando sempre o desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações.

Sendo 2018 o décimo oitavo ano de existência da Empresa Municipal, as principais prioridades da gestão orientaram-se para:

- Consolidação das estratégias prosseguidas, mantendo uma boa relação com os seus clientes/utentes;
- Desenvolvimento dos projetos delineados pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e pelo Conselho de Administração;
- Divulgação da atividade da Gespaços e dos seus projetos;
- Rentabilização dos serviços e das infra-estruturas ao dispor da empresa, nomeadamente das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde, do Pavilhão Municipal n.º 1 (seu Polivalente Coberto, e Patinódromo) em Paços de Ferreira, do Pavilhão Municipal n.º 2 em Modelos, dos vários recintos desportivos das Escolas EB, 2 e 3 de Frazão, de Meixomil, de Eiriz e de Freamunde, durante o período noturno (protocolado entre as Escolas e o Município de Paços de Ferreira), bem como os polivalentes dos Centros Escolares e da Escola Secundária de Freamunde.
- Gestão, quanto à limpeza e vigilância do Parque Urbano de Paços de Ferreira, conforme havia sido protocolado com o Município de Paços de Ferreira, através do Contrato-Comodato.

De uma forma mais detalhada, apresentamos quais os principais passos dados pela Empresa que materializaram a estratégia definida durante o período de 2016, pela anterior administração e pela atual desde Julho de 2018:

2.1 Consolidação das estratégias prosseguidas

A Gespaços tinha, aquando da sua criação, como objeto social a construção, manutenção, exploração e conceção de equipamentos desportivos e promoção do desporto no Concelho de Paços de Ferreira. A Câmara Municipal, acionista único da empresa, passou a considerar a Empresa como a entidade capaz de prosseguir os objetivos do município e concedeu-lhe a enorme responsabilidade da gestão de outros equipamentos desportivos já existentes, nomeadamente os Pavilhões Municipais de Paços de Ferreira (a partir de Dezembro de 2006) e de Modelos (a partir de Agosto de 2007) e todos equipamentos de recreio e de lazer municipais: Patinódromo, Circuito de Manutenção de S. Domingos (a partir de Dezembro de 2006) e Parque Urbano de Paços de Ferreira (a partir de Julho de 2008). Ainda a partir de janeiro de 2008 a empresa acumulou a gestão do complexo de Piscinas Municipais de Freamunde.

Em janeiro de 2009 foi celebrado um Contrato Programa com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira para gestão do Museu Municipal do Móvel e do Museu de Sanfins e Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins.

Com a crescente procura de espaços desportivos por parte dos diversos clubes, associações e utentes particulares, materializada em comunhão com os agentes desportivos no seio do Conselho Municipal do Desporto, surgiu a necessidade de realizar a cobertura do Polivalente Exterior ao Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira. As obras iniciaram em finais de 2008 e ficaram concluídas em Abril do ano de 2009. Fez-se então uma alteração ao Contrato Programa celebrado com CMPF, para Gestão do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, Polivalente e Patinódromo.

A orientação da Administração da Empresa passa pela maior rentabilização social do equipamento, associada a uma lógica de maximização da eficiência económica do mesmo, mantendo inalterada a preocupação pela qualidade e pelo carácter público dos serviços prestados.

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo transferiu em 19 de março de 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Foram absorvidos nos quadros da empresa a partir de então, com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF. Com a equipa de limpeza e manutenção, entretanto reforçada, existente na Empresa Municipal, foi possível alargar a prestação deste tipo de serviços a outros equipamentos municipais.

Relativamente à promoção do desporto, deu-se continuidade ao trabalho de apoio aos clubes, sendo o Gabinete de Apoio ao Associativismo (GAA), coordenado por um Professor com Licenciatura em Educação Física, uma pedra basilar nesse permanente apoio às Associações. O Projeto Sénior teve continuidade, tendo em vista combater o Sedentarismo, com o lema "*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*".

A abertura, em 2012, do Parque Urbano de Paços de Ferreira permitiu a todos os munícipes disfrutar de um espaço amplo no centro da cidade, com áreas de lazer, desporto e com a Casa da Eira com uma imagem renovada e adequada e à altura da qualidade do espaço que integra. A Gespaços tem contratualizado com o Município de Paços de Ferreira a gestão deste equipamento, no que concerne à limpeza e vigilância do mesmo.

Neste domínio, como em todos os anteriores, manteve-se a preocupação de prestação de um serviço público permanente e de carácter social.

2.2. Desenvolvimento dos Projetos

Concluídos e fechados que estão os projetos no âmbito da eficiência energética, que abrangeram a Piscina de Paços de Ferreira, Piscina de Freamunde, Pavilhão de Paços de Ferreira e Pavilhão de Modelos, importa agora consolidá-los e aferir da sua sustentabilidade em velocidade cruzeiro, tendo sido já concluída a instalação da caldeira a *pellets* na piscina de Freamunde, à imagem do que foi feito em Paços de Ferreira.

Por outro lado, a Gespaços viu fechada a candidatura ao QREN/ON2, apresentada em regime de *Overbooking*, referente ao Fornecimento e Montagem de Equipamento Desportivo, para o Pavilhão de Paços de Ferreira, tendo já recebido o montante financiado.

2.2.1. Escolas de natação e pólo

Durante o ano de 2015, a empresa deu consequência ao plano estratégico delineado pelo executivo municipal, incrementando a prática da natação e afins no seu sentido lato da palavra, pela população do concelho de Paços de Ferreira, criando um universo de utilizadores/utentes que serão no futuro o suporte da rentabilização do Complexo.

Consolidada que foi a autonomização das atividades aquáticas (natação e pólo aquático), com a criação **Clube Aquático Pacense**, a Gespaços manteve o mesmo apoio ao clube para a dinamização e promoção das suas atividades ao nível competitivo, justificando a existência do complexo e da sua natureza, virada para o mais alto nível da competição desportiva.

A Gespaços garante ainda a todos, o ensino da natação em quatro níveis: adaptação ao meio aquático (para bebés até aos quatro anos), aprendizagem, aperfeiçoamento e desenvolvimento da natação. São ainda ministradas aulas de hidroginástica, hidroterapia, hidrocyling e de formação desportiva. Os alunos inscrevem-se individualmente e coletivamente e são integrados em grupos com horários e professores adequadamente escalonados. Contudo, a empresa pretende aumentar e estender o seu leque de utentes, a todos aqueles que pretendam usufruir do espaço, quer seja piscina, ginásio ou outros, de uma forma livre, sem compromisso horário ou professores de acompanhamento.

2.2.2 Desporto escolar

Desde o ano de 2002 vem sendo desenvolvido o programa denominado " Vamos Aprender a Nadar", destinado inicialmente aos alunos do ensino básico, mas posteriormente alargado aos alunos do ensino secundário. Este

programa surgiu a partir de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal, revestindo-se de extrema importância na vertente pedagógica, constituindo mesmo um forte incentivo à prática da natação.

Este programa preenche largos espaços do Complexo das Piscinas Municipais em períodos em que não seria possível a ocupação com outro tipo de utentes, prestando um serviço público de qualidade que se pretende continuar a prestar.

As turmas do desporto escolar da Escola Secundária de Paços de Ferreira, das escolas EB 2.3 de Eiriz, Frazão, Meixomil e de Freamunde, utilizam as piscinas sob responsabilidade pedagógica dos seus professores, sendo integrados no Programa "Vamos Aprender a Nadar", registando-se um aumento gradual de entradas ao longo dos últimos anos.

A empresa tem adotado uma política de promoção desta atividade junto dos agrupamentos escolares, procurando assim que o desporto chegue a um leque mais alargado de pessoas, de acordo com as orientações estratégicas emanadas do acionista único da empresa.

2.2.3 Apoio ao desporto

O GAA (Gabinete de Apoio ao Associativismo), tem sido um veículo muito importante para a prestação de serviços de apoio técnico, administrativo e jurídico aos Clubes e Associações do Concelho de Paços de Ferreira. O GAA tem ainda colaborado em algumas atividades desenvolvidas pelo sector de desporto da Câmara Municipal, destacando-se o papel relevante na organização dos Jogos Interfreguesias dos últimos anos. A Gespaços continuou com a responsabilidade de organização destes Jogos em 2018, dando seguimento a uma das ações de sucesso dos últimos anos.

Assim, assumindo na plenitude a função de apoio para a política desportiva da Câmara Municipal, a Gespaços, em conjunto com os técnicos da autarquia que se encontram ao seu dispor, operacionalizaram um conjunto de atividades que envolveram milhares de pacenses, em diversas modalidades, tal como foi oportunamente difundido pelos órgãos de comunicação social.

Compete ao GAA manter a Carta Desportiva devidamente atualizada.

Por último, é de realçar o apoio concedido aos clubes, através da operacionalização prestada aos clubes com as inscrições, suportadas pelo Município, e realização de exames médicos desportivos (de acordo com o Contrato Programa existente com o Município).

2.2.4 Natação para alunos com deficiência

Tem sido usual ao longo dos últimos anos apoiar um grupo de pessoas com deficiência, no âmbito de um protocolo celebrado com a Câmara, dando cumprimento ao programa "Acesso aos Deficientes", permitindo o acesso gratuito aos cidadãos portadores de deficiência superior a 60%, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, possibilitando, assim, a prática de atividades aquáticas e algumas atividades "cardio-fitness", no Ginásio das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Este Programa foi alargado a todos os deficientes, frequentadores do ensino especial em funcionamento nos diversos Agrupamentos Verticais de Escolas existentes no Concelho de Paços de Ferreira.

2.2.5 Manutenção

No âmbito da gestão do espaço e dos tempos de utilização das piscinas, foi igualmente contemplada uma opção para os utentes de utilização livre das piscinas, tendo sido determinados espaços (com a devida afixação para consulta do público) especialmente delimitados nas piscinas interiores de forma a uma utilização harmoniosa pelos utentes de turmas de natação, atletas e os utentes de utilização livre.

2.2.6 Recreação

As piscinas exteriores funcionam durante os meses de junho, julho, agosto e setembro, tendo registado uma utilização com número de utilizadores interessante nos últimos anos. A frequência deste espaço, que ultrapassou as **23.480 entradas em 2018**, comprova a grande aceitação da população do Concelho e que se trata de um espaço privilegiado de lazer.

2.2.7 Aeróbica

Continuaram a ser ministradas as aulas de Aeróbica ao longo do ano de **2018**, com cerca de **106** utentes na sala das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira. Os números dos praticantes desta modalidade no concelho têm subido exponencialmente com a possibilidade de utilizar os Centros Escolares para o efeito,

2.2.8 Ginásio

A frequência do ginásio continuou a um nível de "frequência elevada" em 2018, com uma procura crescente (durante o ano de **2018**, registaram-se **43.556** entradas no Ginásio, o que corresponde um **aumento de 10% em relação ao ano de 2017**), como resultado da política de promoção de angariação de novos utentes levada a cabo pela administração da empresa, com a criação dos "pacote família" e "pacote empresa", bem como de uma maior pré-disposição dos utentes para atividades cardio e, por outro lado, como resultado da elaboração de planos de treino individualizados e acompanhamento feito por monitor.

2.2.9 Hidroginástica

Esta atividade tem merecido uma significativa adesão por parte das utentes, existindo ao longo de 2018, em termos médios, cerca de **268** inscritos em Paços de Ferreira e **190** inscritos em Freamunde, revelando um acréscimo substancial de utentes. No ano de 2018, os inscritos em Paços de Ferreira e Freamunde, teve um **crescimento de 14% em relação ao ano de 2017**.

Em outubro de 2018 esta empresa associou-se ao WORLDWIDE AQUATHON DAY, um evento solidário realizado em simultâneo em 76 países. Consistiu na realização de uma mega aula de hidroginástica, nas piscinas municipais de Paços de Ferreira, onde se juntou mais de uma centena de cidadãos que contribuíram com bens alimentares, que foram posteriormente entregues ao balcão social do município de Paços de Ferreira que os fez chegar a famílias carenciadas deste concelho.

2.2.10 Hidro Cycling

Esta modalidade em termos médios, no ano de **2018 contava com 69** utentes inscritos em turmas, em Paços de Ferreira e em Freamunde, o que significa um **aumento de 21%** em relação ao ano de 2017.

2.2.11 Promoção do desporto

Ao longo dos últimos anos, a Empresa promoveu a realização nas Piscinas Municipais de diversas atividades desportivas, com vista à promoção da prática desportiva pelos jovens do Concelho e à promoção da imagem do Concelho através do desporto, que envolveram centenas de atletas e representaram uma utilização massiva das Piscinas aquando da realização de Campeonatos Regionais/Nacionais de Natação Pura Desportiva e Pólo Aquático. Durante o ano de 2016, organizámos conjuntamente com a ANNP (Associação de Natação do Norte de Portugal) e FPN (Federação Portuguesa de Natação), em média, 1 evento por mês.

Em novembro de 2018, em parceria com a Federação Português de Natação, realizou-se nas piscinas municipais de Paços de Ferreira um evento a nível nacional com a denominado "Programa Nacional de Talentos da Federação Portuguesa de Natação", onde estiveram 99 atletas de norte a sul do país.

A Empresa tem apostado na realização desses eventos, pois é uma forma de promoção do desporto e uma forma de dar a conhecer Paços de Ferreira a milhares de visitantes que acompanham os respetivos atletas em competição.

2.2.12 Projeto Sénior

Durante o ano de 2011 foi implementado o Projeto Sénior para combater o Sedentarismo, com o lema "*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*", onde a principal preocupação da Gespaços e do Município é abrir horizontes à população mais idosa, atentos à necessidade de pôr os seniores a "mexer", procurando ajudar estas pessoas a estarem mais ativas; mais felizes e a mudar rotinas, contribuindo para aumentar a sua qualidade de vida. Numa atitude descontraída, a hidroginástica, o *fitness* e o *boccia* estão a contribuir para a saúde e o combate ao sedentarismo entre a população mais idosa do concelho (cerca de duas centenas).

Considerando o sucesso que o projeto tem tido, durante o ano de 2018 demos continuidade e incentivamos o apoio ao mesmo.

2.2.13 Outros Projetos

Sob a orientação do município, em 2018 demos continuidade à parceria criada para apoio ao projeto "*Percursos Detalhados*", que tem por objeto promover a prática desportiva, nomeadamente de natação e ginásio, junto de outras etnias, sempre sob a orientação de um técnico da Câmara Municipal.

2.2.14 Frequência do complexo das Piscinas

A quantidade de entradas em todas as modalidades, no ano de 2018, resume-se nos seguintes quadros:

Piscinas de Freamunde ano 2018

Actividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Cartão Múltiplo	640	528	668	670	797	748	703	0	709	722	566	422
Hidrobike	70	60	59	98	97	89	76	0	75	109	105	74
Hidroginástica	844	587	693	734	834	799	679	0	848	1005	867	602
Natação com Professor	991	727	917	991	1064	946	724	0	832	1208	1118	781
Natação Mensalidade Ilimitada	82	76	109	103	139	162	114	0	142	148	132	93
Natação Terapêutica	14	12	11	14	19	19	20	0	15	31	26	26
Utilização Livre Piscina	414	313	398	449	533	646	615	0	623	488	432	337
Desporto Escolar	85	125	267	65	86	1	0	0	0	35	127	27
Grupos Privados	22	31	31	32	44	64	56	0	31	698	498	334

Total de Entradas em 11 meses: **36290**

Média de Entradas Mês: **3299**

Média de Entradas Dia: **110**

Piscina de Paços de Ferreira – ano 2018

Actividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aeróbica	345	281	363	297	348	284	297	0	343	486	577	429
Cartão Múltiplo	3846	3455	3887	3612	3854	3114	3304	0	3650	4893	4500	3181
Hidrobike	155	145	170	130	132	121	138	0	199	211	200	140
Ginásio Mensalidade Ilimitada	148	138	144	107	107	86	67	0	110	100	101	109
Hidroginástica	1232	1060	1121	1074	1080	872	1045	0	1055	1335	1209	907
Natação com Professor	640	576	669	653	676	498	604	0	689	817	892	689
Natação Mensalidade Ilimitada	248	236	291	244	292	239	253	0	310	364	358	275
Natação Terapêutica	17	20	20	15	20	15	18	0	13	22	28	21
Utilização Livre Piscina	782	730	842	900	747	743	965	0	1 053	801	491	653
Utilização Livre Ginásio	181	106	137	96	80	92	103	0	65	68	70	45
Piscina Exterior	0	0	0	0	0	1707	7296	13696	788	0	0	0
Desporto Escolar	481	716	210	165	95	162	0	0	0	292	279	68
Grupos Privados	998	889	975	1078	1197	1099	938	0	395	855	908	752

Total de Entradas em 11 meses:	116805
Média de Entradas Mês:	10619
Média de Entradas Dia:	354

2.3 Responsabilidade Social

Mantiveram-se em vigor os protocolos de colaboração com a Ordem dos Advogados, Montepio Geral, com a AGM – Associação do Grupo os Mosqueteiros, e com a Universidade Sénior de Paços de Ferreira.

De realçar a componente social que esteve na origem da criação da Gespaços, mas que foi largamente ultrapassada com o decorrer dos anos de atividade, como comprova os diversos protocolos assinados pela Empresa, sendo de realçar aqueles que apoiam os grupos mais desfavorecidos (deficientes), aqueles que permitem o acesso a atividades aquáticas, a preços previamente acordados para grupos de Escolas Privadas, Centros Sociais e Infantários (Associação Paços 2000, Centro Social Figueiró, Centro Social e Paroquial de Raimonda, Centro Infante-Juvenil "António F. Gomes", QVC, Profisousa, Associação Empresarial de Paços de Ferreira; MaisForm, Colégio Encosta dos Sonhos, Colégio Marca d'Água, entre outros) e as entidades que se dedicam à proteção das populações (Associações Humanitárias - membros dos corpos ativos dos Bombeiros Voluntários de Paços de Ferreira, de Freamunde e Cruz Vermelha de Frazão).

2.4 Divulgação de projetos e atividades

A Gespaços teve a preocupação de divulgar na imprensa local, falada e escrita, os seus projetos e atividades publicando anúncios com carácter regular e promovendo a publicação de notícias, de forma a incentivar a prática desportiva e promover através do desporto a imagem do nosso Concelho.

O site da Gespaços, mais dinâmico e interativo, paralelamente com o *faceboock*, tem por objetivo comunicar mais rapidamente com os utentes e, por outro lado, atingir um público-alvo diferenciado.

2.5 Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços

Acima já foram devidamente explanadas as atividades em curso nas Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde.

Apesar de estes equipamentos terem passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporados no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2018, a gerir estes equipamentos segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foi celebrado um Contrato de Gestão destes Equipamentos Desportivos entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Gestão dos Pavilhões das Escolas

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou, em 7 de Agosto de 2000, protocolos com as Escolas EB 2,3 de Frazão, Paços de Ferreira e Eiriz, e em 28 de Agosto de 2001, com o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos, Freamunde, para utilização das suas instalações dos Pavilhões Desportivos. A gestão desta utilização foi assumida directamente através da Direcção do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira.

A transferência da responsabilidade da gestão destes equipamentos já foi realizada para a Gespaços através da transmissão da posição contratual da Câmara Municipal para a Empresa Municipal.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009/2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e Patinódromo

Apesar de este equipamento ter passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporado no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2018 a gerir o Pavilhão Municipal segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Foi celebrado um Contrato de Gestão deste Equipamento Desportivo entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Pavilhão Municipal de Modelos

A Câmara Municipal transmitiu para a Gespaços a gestão e administração do Pavilhão Municipal de Modelos, que é feita segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com o objetivo de pagar à Empresa Municipal uma importância mensal de 2.093,13 Euros, para suportar aqueles encargos, ao abrigo da Deliberação de 5-8-2011.

Museu Municipal do Móvel

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Museu do Móvel de Paços de Ferreira para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 2.047,24 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 1.759,74 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Manutenção / Limpeza e Controlo de Acessos do Edifício da CMPF

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo Camarário transferiu em 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF, foram absorvidos nos quadros da Empresa Municipal, a partir de então. Com a equipa de limpeza e manutenção existente na Empresa Municipal é possível alargar a outros equipamentos municipais.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 19-3-2010, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 8.556,65 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Parque Urbano de Paços de Ferreira

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo Camarário transferiu as competências de vigilância / limpeza do Parque Urbano.

Foi celebrado um contrato-programa com a CMPF para Vigilância / Limpeza do Parque Urbano de Paços de Ferreira em 2008, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 2.364,48 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

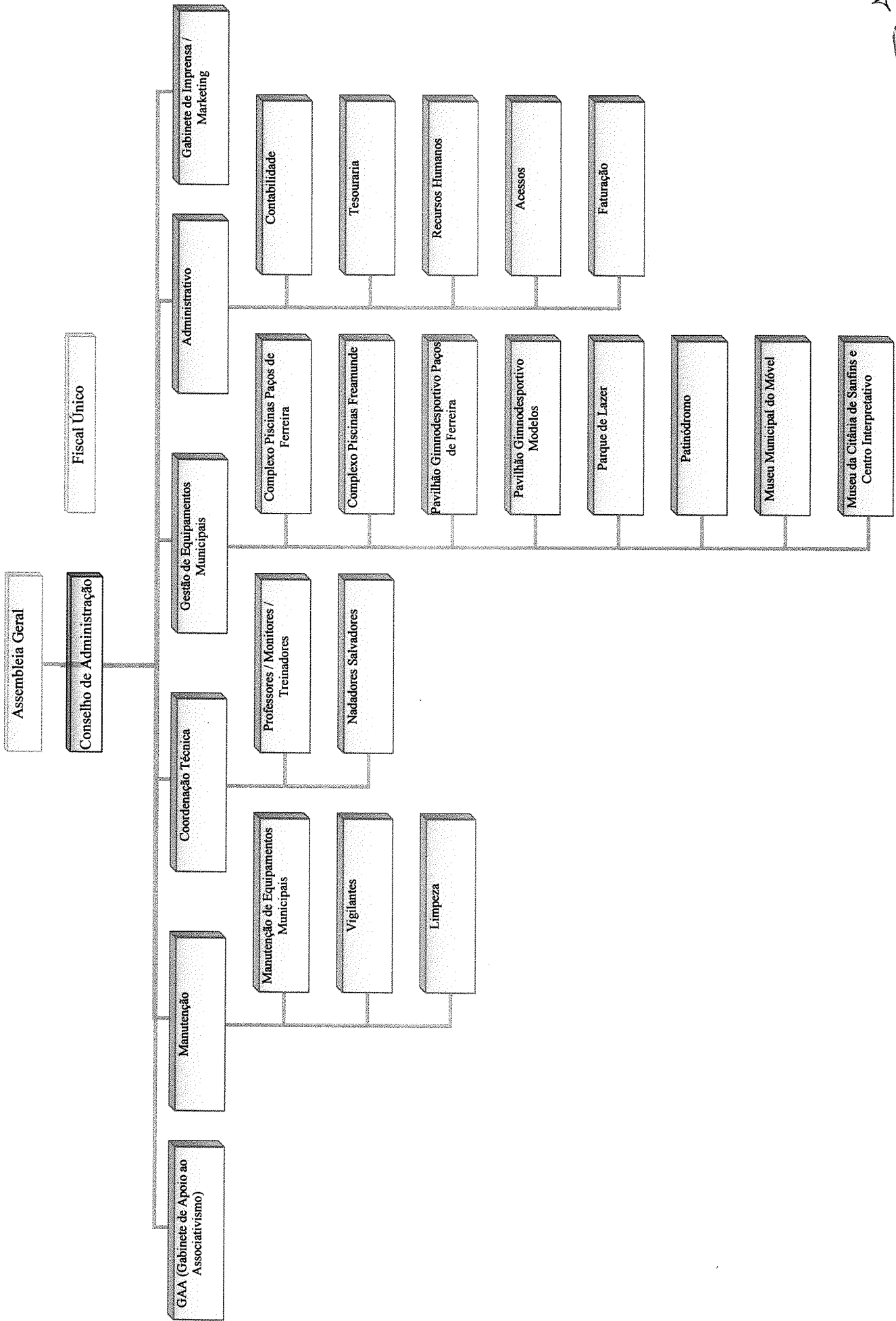
Importa referir que ainda não foi revisto o Contrato Programa para Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira, conforme estipula a cláusula 7ª do atualmente em vigor e datado de 28 de Setembro de 2010, com a alteração verificada em 11 de Janeiro de 2011.

3. A organização administrativa e os Recursos Humanos

O Conselho de Administração da Gespaços, durante o ano de 2018, acompanhou a atividade corrente da Empresa, e tomou as deliberações que se tornaram necessárias para dinamizar a atividade da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2018, a estrutura de recursos humanos da Empresa era como segue:

Função	Número
Presidente do Conselho de Administração	1
Administrativo do GAA	1
Responsável de Manutenção	1
Técnico Oficial de Contas	1
Professores	5
Nadadores Salvadores	4
Monitores	4
Administrativos	11
Auxiliar Administrativa de Conservador de Museus	1
Manutenção	6
Segurança e Vigilância	10
Limpeza	17
Contratos a Termo	19
Total	81



Handwritten signature or initials.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. Situação da Empresa

Em virtude da empresa ter entrado no décimo oitavo ano de atividade e a exemplo do que tem sido feito nos anos anteriores, é possível efetuar uma análise comparativa da evolução do seu património, dos proveitos, dos custos e consequentemente dos resultados, relativamente aos períodos anteriores.

Devemos realçar que as demonstrações financeiras apresentadas neste Relatório foram elaboradas em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho.

Entende-se como importante a referência a alguns aspetos de carácter económico – financeiro, sem deixar de se ter em consideração o carácter público do serviço prestado pela Gespaços, alavancado pelo carácter eminentemente social desses serviços que presta, numa estreita colaboração com o município de Paços de Ferreira.

1.1. Rendimentos e Gastos

Vendas e Prestações de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos

Neste ponto, depois da recuperação conseguida em 2015, 2016 e consolidada em 2017, mantendo-se a média anual de utentes, por força de um conjunto de políticas de incentivo à utilização dos nossos espaços, foi possível estabilizar economicamente a empresa. Este aumento é notório pelo impacto que teve ao nível das Indemnizações Compensatórias faturadas à Câmara Municipal de Paços de Ferreira. Contudo, estabilizaram-se os valores faturados aos utilizadores dos Pavilhões Municipais e Pavilhões das EB2 e 3 sob gestão da Gespaços.

	2018	2017	2016
Vendas e Prestações de serviços:	498.169 €	523.707 €	465.588 €
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	184.769 €	209.690 €	163.697 €
Utentes	274.178 €	259.267 €	251.846 €
Outras entidades	39.222 €	54.750 €	50.045 €
Subsídios à Exploração	1.668.942 €	1.578.552 €	1.457.931 €
Subsídios de outras entidades	0 €	0 €	0 €
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1.668.942 €	1.578.552 €	1.457.931 €
Outros Rendimentos e Ganhos	240.151 €	299.474 €	402.495 €
Aluguer de Equipamento	25.134 €	41.399 €	36.349 €
Outros rendimentos suplementares	5.686 €	6.715 €	1.203 €
Recuperação de dívidas	101 €	2.113 €	3.659 €
Imputação de Subsídios para Investimentos	193.114 €	191.401 €	195.810 €
Outros rendimentos e ganhos não especificados	16.116 €	57.846 €	165.474 €
Total ...	2.407.262 €	2.401.733 €	2.326.014 €

	2018	2017	2016
Vendas e Prestações de serviços:	20,69%	21,81%	20,02%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	37,09%	40,04%	35,16%
Utentes	55,04%	49,51%	54,09%
Outras entidades	7,87%	10,45%	10,75%
Subsídios à Exploração	69,33%	65,73%	62,68%
Subsídios de outras entidades	0,00%	0,00%	0,00%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	100,00%	100,00%	100,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	9,98%	12,47%	17,30%
Aluguer de Equipamento	10,47%	13,82%	9,03%
Outros rendimentos suplementares	2,37%	2,24%	0,30%
Alienações	0,04%	0,71%	0,91%
Imputação de Subsídios para Investimentos	80,41%	63,91%	48,65%
Outros rendimentos e ganhos não especificados	6,71%	19,32%	41,11%
	100%	100%	100%

Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Outros Gastos e Perdas e Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Os custos operacionais suportados com os vários equipamentos sob gestão da Gespaços, que ascenderam a 2.361.413 € em 2018, dividem-se em grande medida:

	2018	2017	2016
Fornecimentos e Serviços Externos	563.529 €	614.145 €	475.618 €
Gastos com o Pessoal	1.165.716 €	1.095.769 €	1.057.769 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	49.507 €	44.385 €	23.184 €
Outros Gastos e Perdas	57.493 €	91.199 €	49.911 €
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	525.168 €	525.229 €	522.575 €
Total ...	2.361.413 €	2.370.727 €	2.129.057 €

	2018	2017	2016
Fornecimentos e Serviços Externos	23,86%	25,91%	22,34%
Gastos com o Pessoal	49,37%	46,22%	49,68%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	2,10%	1,87%	1,09%
Outros Gastos e Perdas	2,43%	3,85%	2,34%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	22,24%	22,15%	24,54%
Total ...	100%	100%	100%

3. Os Custos com Pessoal em 2018, o valor ascendeu a 1.165.716 €.
4. e pelos FSE no montante de 563.529 €, dos quais de destacam os custos com o combustível utilizado no aquecimento da água, os custos com a eletricidade, água, honorários, limpeza, tratamento químico da água e outros custos com a conservação das piscinas.

Fornecimentos e serviços externos	2018	2017	2016
Eletricidade	103 718 €	104 796 €	106.636 €
Combustíveis	2 226 €	3 249 €	3.064 €
Água	78 505 €	85 132 €	61.450 €
MAZOOTE/PALLETS - Outros fluidos	132 446 €	119 728 €	125.750 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	28 966 €	27 565 €	24.797 €
Material de escritório	8 594 €	7 292 €	9.071 €
Rendas e alugueres	0 €	0 €	0 €
Comunicação	4 814 €	4 864 €	4.747 €
Seguros	12 421 €	9 869 €	9.879 €
Deslocações e estadas	0	0	0
Honorários	42 826 €	24 003 €	27.594 €
Conservação e reparação	89 406 €	173 686 €	48.969 €
Publicidade e propaganda	0 €	0 €	0 €
Limpeza, Higiene e Conforto	27 064 €	30 411 €	27.436 €
Trabalhos especializados	20 249 €	12 809 €	17.020 €
Outros fornecimentos e serviços	12 295 €	10 740 €	9.204 €
Total	563 529 €	614 145 €	475.618 €

1.2 Resultados

Em consequência dos Rendimentos e Gastos registados em 2018, foi apurado um resultado líquido do período positivo de **€ 29.764** (vinte e nove mil, setecentos e sessenta e quatro euros).

Resultados	2018	2017	2016
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:	571.017 €	556.236 €	719.532 €
<i>Gastos/Reversões de depreciação e de amortização</i>	-525.168 €	-525.229 €	-522.576 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):	45.849 €	31.006 €	196.956 €
<i>Juros e Gastos Similares suportados</i>	-20.300 €	-24.782 €	-27.853 €
Resultado antes impostos:	25.549 €	6.224 €	169.103 €
<i>Imposto sobre Rendimento do Período</i>	4.216 €	3.447 €	-11.882 €
Resultado Líquido do Período:	29.764 €	9.671 €	157.221 €

1.3. Situação Patrimonial

Capital Próprio

A principal variação do Capital Próprio, ocorrida em 2018, tal como já o fora em 2017 e 2016, diz respeito à Rubrica – Outras Variações no Capital Próprio (contribuindo para que o total do Capital Próprio ser superior ao Capital Social). Ver nota 11 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Capital Próprio	2018	2017	2016
Capital Social:	11.358.894 €	11.358.894 €	11.358.894 €
Resultados transitados:	-561.053 €	-570.724 €	-727.945 €
Outras Variações no Capital Próprio:	406.250 €	558.810 €	685.328 €
Subtotal:	11.204.091 €	11.346.980 €	11.316.277 €
Resultado Líquido do Período:	29.764 €	9.671 €	157.221 €
Total do Capital Próprio:	11.233.856 €	11.356.651 €	11.473.498 €

Passivo

O Passivo da Gespaços apresenta valores que merecem muita atenção. Registou-se, **em 2018, uma diminuição do Passivo Corrente** em relação a 2017, motivado pela redução significativa da conta de fornecedores. A análise detalhada está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

	2018	2017	2016
Total do Capital Próprio:	11.233.856 €	11.356.651 €	11.473.498 €
Passivo não Corrente	107.991 €	148.544 €	178.534 €
Financiamentos Obtidos	0 €	0 €	0 €
Passivo por impostos diferidos	107.991 €	148.544 €	178.534 €
Passivo Corrente	633.154 €	671.724 €	1.025.771 €
Fornecedores	83.900 €	137.766 €	537.592 €
Estado e Outros Entes Públicos	54.143 €	26.404 €	24.079 €
Financiamentos Obtidos	340.000 €	350.000 €	305.000 €
Outras Contas a Pagar	154.111 €	156.555 €	158.100 €
Diferimentos	1.000 €	1.000 €	1.000 €
Total do Passivo:	741.145 €	820.269 €	1.204.305 €
Total do Capital Próprio e do Passivo:	11.975.000 €	12.176.920 €	12.677.803 €

	2018	2017	2016
Total do Capital Próprio:	93,81%	93,26%	90,50%
Passivo não Corrente	14,57%	18,11%	14,82%
Passivo Corrente	85,43%	81,89%	85,18%
Total do Passivo:	6,19%	6,74%	9,50%
Total do Capital Próprio e do Passivo:	100,00%	100,00%	100,00%

Ativo

Em 2018, na Rubrica Outras Contas a Receber que corresponde essencialmente ao saldo das Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2018 mas a faturar à CMPF no decurso de 2019. Esta análise está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Ativo	2018	2017	2016
Ativo não Corrente	10.469.398 €	10.927.494 €	11.424.947 €
Ativos Fixos Tangíveis	10.430.599 €	10.901.771 €	11.409.457 €
Outros activos financeiros	2.805 €	846 €	1.148 €
Activos por impostos diferidos	35.994 €	24.877 €	14.342 €
Ativo Corrente	1.505.603 €	1.249.426 €	1.252.856 €
Clientes	337.223 €	346.615 €	340.245 €
Estado e Outros Entes Públicos	0 €	11.303 €	62.202 €
Outras Contas a Receber	1.021.962 €	671.093 €	801.886 €
Diferimentos	5.348 €	3.321 €	3.783 €
Caixa e Depósitos Bancários	141.070 €	217.094 €	44.740 €
Total do Ativo:	11.975.000 €	12.176.920 €	12.677.803 €

1.4 Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Verificou-se uma redução, em 2018, do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, de 66 dias.

Descrição	2018	2017	2016
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	66	80	84

1.5 Prazo Médio de Recebimentos (PMR)

Verificou-se, neste indicador, uma diminuição do Prazo Médio em 2018, de 52 dias.

Descrição	2018	2017	2016
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	52	59	54

1.6 Dívidas ao Estado e Segurança Social

Devemos aqui mencionar que **não existem dívidas em mora ao Estado e Segurança à Social** à data do encerramento das contas.

1.7 Factos relevantes

Importa aqui referir um aspeto importante a ter em conta, direta ou indiretamente, nos resultados apurados no exercício de 2018.

1.7.1. Acordo de pagamento com o fornecedor AdPF

A Gespaços mantinha uma dívida à entidade/empresa Águas de Paços de Ferreira, S.A. desde maio de 2010, sendo certo que desde fevereiro de 2016 os montantes devidos pelo fornecimento de água e drenagem de águas residuais estavam integralmente pagos. Essa dívida (maio de 2010 a fevereiro de 2016) ascendia ao valor de € 355.148,80.

Foi possível em 21 de março de 2017, chegar a um acordo extra judicial com a dita entidade, no sentido de a empresa municipal pagar o valor integral de € 202.299,20 à citada AdPF, considerando-se esta integralmente paga de todas as quantias que eventualmente pudesse ter direito até à presente data.

No decorrer do ano de 2018, foi liquidado na íntegra o acordo celebrado em 21 de março de 2017.



EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

A atual administração da Gespaços SA, aposta na modernização das suas atividades e requalificação de alguns espaços sob a sua gestão para que esta empresa continue a registar um incremento na qualidade e variedade dos serviços prestados e a rentabilizar, de forma cada vez mais eficiente, a utilização e gestão dos recursos de que dispõe.

O sucesso desta evolução e em concreto das infra estruturas ao dispor da Gespaços dependerá, para além de outras condicionantes, da manutenção do carácter público do serviço prestado e, consequentemente, da continuidade do apoio da Câmara Municipal de Paços de Ferreira aos projetos desenvolvidos, apresentados e implementados.

No entanto, há que ter em consideração que a eficiência económica e financeira prosseguida pelo Conselho de Administração, leva-nos a ter em mente a prestação de serviços de uma forma mais competitiva para mantermos vivo o objetivo, nem que seja paralelo, da diminuição da importância nas receitas da empresa do cliente Câmara Municipal.

Com as medidas de eficiência energética entretanto implementadas, para além da redução direta dos custos de funcionamento dos equipamentos, foi possível obter a Certificação Energética dos Edifícios Desportivos Municipais.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período, positivo de **€ 29.764,27** (Vinte e nove mil, setecentos e sessenta quatro euros e vinte sete cêntimos), transite para o período seguinte através da conta de Resultados Transitados.

P

V

CONSIDERAÇÕES

FINAIS



Mais uma vez, o Conselho de Administração deseja expressar o maior reconhecimento pelo espírito de entreatajuda e pela importante colaboração, prestada por todos aqueles que de alguma forma prestam serviços à nossa Empresa Municipal, o qual é naturalmente extensivo aos fornecedores e outras instituições que colaboraram connosco no ano de 2018.

Importa, muito especialmente, agradecer a confiança depositada na empresa, pelo seu acionista único – **Município de Paços de Ferreira** - que não sairá, cremos nós, em circunstância alguma defraudada, antes pelo contrário, sabendo que este olhará sempre para a Gespaços, com uma visão de “parceiro” e de uma forma atenta.

Paços de Ferreira, 9 de abril de 2019



Paulo Jorge Rodrigues Ferreira

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



**ANEXO AO
RELATÓRIO DE GESTÃO**



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL

- Os membros do Conselho de Administração não têm qualquer participação no capital social.
- O Fiscal Único não tem qualquer participação no capital social.

ACIONISTAS QUE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 ERAM DETENTORES DE, PELO MENOS, 10% DO CAPITAL SOCIAL

- Câmara Municipal de Paços de Ferreira - 100% do Capital Social

Paços de Ferreira, 9 de abril de 2019

Paulo Jorge Rodrigues Ferreira

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Rua Capitão da Praça

4590-570 PAÇOS DE FERREIRA

CAPITAL SOCIAL: 11.358.894,07 €

Matriculada na C.R.C. de Paços de Ferreira sob o nº 00001/010710

Contribuinte nº 505 317 982


BALANÇO

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2018	2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	10 430 599,04	10 901 770,53
Outros ativos financeiros	5	2 804,79	846,45
Ativos por impostos diferidos		35 993,89	24 877,42
		10 469 397,72	10 927 494,40
Ativo corrente	8		
Clientes	14	337 222,94	346 615,41
Estado e outros entes públicos	9	0,00	11 302,52
Outras créditos a receber	10	1 021 961,92	671 092,62
Diferimentos	4	5 347,75	3 321,49
Caixa e depósitos bancários		141 070,05	217 093,92
		1 505 602,66	1 249 425,96
Total do ACTIVO		11 975 000,38	12 176 920,36
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO	11		
Capital subscrito	11	11 358 894,07	11 358 894,07
Resultados transitados	11	(561 053,10)	(570 724,36)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	11	406 250,42	558 810,18
Resultado líquido do período		29 764,27	9 671,26
Total do Capital Próprio		11 233 855,66	11 356 651,15
PASSIVO			
Passivo não corrente	12		
Passivos por impostos diferidos	15	107 990,61	148 544,47
		107 990,61	148 544,47
Passivo corrente			
Fornecedores	13	83 899,96	137 765,89
Estado e outros entes públicos	14	54 143,23	26 403,55
Financiamentos obtidos	12	340 000,00	350 000,00
Outras dívidas a pagar	15	154 110,92	156 555,30
Diferimentos	10	1 000,00	1 000,00
		633 154,11	671 724,74
Total do Passivo		741 144,72	820 269,21
Total do Capital Próprio e do Passivo		11 975 000,38	12 176 920,36

Técnico Oficial De Contas

TDC 62433

A Administração


 Álvaro José Luís Pereira

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.
 Demonstração das alterações no capital próprio no período 2018

Relatório e Contas 2018

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe																			
		Capital realizado	Ações quotas, participações e outros instrumentos de capital próprio	Preferências e outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos não certos	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Tota	Interesses minoritários	Tota do Capital Próprio						
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																					
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	6	11 368 894,07					(670 724,59)								559 810,18		9 671,26	11 368 651,15		11 368 651,15	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																					
Alterações de políticas contabilísticas																					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																					
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																					
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas avaliações																					
Ajustamentos por impostos diferidos																					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																					
								9 671,26													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7						9 671,26								(152 559,76)		(9 671,26)	(152 559,76)		(152 559,76)	
RESULTADO INTEGRAL	8																29 764,27	29 764,27		29 764,27	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9-7+8																20 093,01	(122 795,49)		(122 795,49)	
Realizações de capital																					
Realizações de prémios de emissão																					
Distribuições																					
Entradas para cobertura de perdas																					
Outras operações																					
	10																				
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	11=6+7+8+10	11 368 894,07					(661 053,10)								406 250,42		29 764,27	11 233 655,66		11 233 655,66	

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

GESPAÇOS
 Sociedade de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2018 e 31.12.2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos		
		2018	2017	
Vendas e serviços prestados	+	16	498 168,52	523 706,67
Subsídios à exploração	+	19	1 668 941,80	1 578 552,25
Fornecimentos e serviços externos	-	17	(563 529,15)	(614 144,88)
Gastos com pessoal	-	18	(1 165 715,86)	(1 095 769,36)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	8	(49 507,52)	(44 384,52)
Outros rendimentos	+	20	240 151,40	299 474,22
Outros gastos	-	21	(57 492,65)	(91 198,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		571 016,54	556 235,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(525 168,14)	(525 229,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		45 848,40	31 006,15
Juros e gastos similares suportados	-	22	(20 299,76)	(24 782,36)
Resultado antes de impostos	=		25 548,64	6 223,79
Imposto sobre rendimento do período	-/+	23	4 215,63	3 447,47
Resultado líquido do período	=		29 764,27	9 671,26

Técnico Oficial De Contas

[Handwritten signature]
TOC 62433

A Administração

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2018 e 31.12.2017

RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária (1)	
		Periodos	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	1 967 240,65	1 765 000,08
Pagamentos a fornecedores	-	(733 990,66)	(1 005 449,76)
Pagamentos ao pessoal	-	(821 224,04)	(791 919,31)
Caixa gerada pelas operações	+/-	412 025,95	(32 368,99)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(7 559,67)	(394,35)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(393 931,43)	152 484,47
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	10 534,85	119 721,13
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(53 852,90)	(17 542,50)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+	0,00	55 001,41
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(53 852,90)	37 458,91
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	240 000,00	250 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(250 000,00)	(205 000,00)
Juros e gastos similares	-	(22 705,82)	(29 826,02)
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(32 705,82)	15 173,98
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(78 023,87)	172 354,02
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4 217 093,92	44 739,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4 141 070,05	217 093,92

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas

A Administração



ANEXO ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS*(valores expressos em euros)***31 de dezembro de 2018****1. Identificação da entidade**

A GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, tendo por objeto a promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, com sede na Rua Capitão da Praça. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A Empresa é detida a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas, pela primeira vez no ano de 2010, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho. Devem entender-se como fazendo parte desse normativo as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), o Código de Contas (CC), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade (adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras não foram derogadas quaisquer normas previstas no Sistema de Normalização Contabilística.

Os saldos incluídos nas rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados, bem como as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados, com referência a 31 de dezembro de 2018 e ao período de doze meses findos naquela data, respetivamente, são comparáveis com os saldos homólogos utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017.

3. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, nos pressupostos subjacentes da continuidade das operações e do regime do acréscimo, atentos às características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, conforme o disposto nas BADF.

As principais políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras, encontram-se descritas abaixo, os quais foram aplicados consistentemente ao longo do tempo, salvo indicação em contrário.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado ("deemed cost"), no caso dos adquiridos até 31 de dezembro de 2009, o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não é considerada qualquer quantia residual.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, à exceção dos terrenos que não são depreciáveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue (em anos):

Grupo homogéneo	Vida Útil
Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	5-20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Os dispêndios com reparações, que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos, assim como os dispêndios com inspeção e conservação dos mesmos.

Os ativos fixos tangíveis em curso, quando aplicável, referem-se a ativos em fase de construção, sendo registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar, de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

Imparidade em ativos fixos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período como gasto, numa base do acréscimo, conforme o disposto na NCRF 10.

Instrumentos financeiros

i) Contas a receber de Clientes e Outras Devedores

As dívidas de "Clientes" e "Outros Devedores" são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica perdas por imparidade em contas a receber, não obstante a maioria das vendas ser realizada em condições normais de crédito.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de "Clientes" e "Outros Devedores" de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade para que os saldos das contas a receber reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Contas a pagar de Fornecedores e Outras Credores

As dívidas a "Fornecedores" e "Outros Credores" são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

iii) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados pelo método do custo (utilizando uma das opções da NCRF 27), no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de balanço.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica "*Caixa e equivalentes de caixa*", inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo de elevada liquidez.

Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação futura (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser necessária para liquidar essa obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Especialização do Período

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, pelo qual as mesmas são reconhecidas em rendimentos e gastos, respetivamente, à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e o correspondente reconhecimento em resultados do período são registadas nas rubricas de "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir as condições para a sua atribuição e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em rendimento do período, de acordo com o princípio do balanceamento entre benefício e custo.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquida de impostos, abatimentos de preços e descontos concedidos, sendo reconhecido através das operações de venda e de prestação de serviços.

Quando o rédito é proveniente da venda de bens, apenas é reconhecido quando:

- i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
- ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos,
- iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada,
- iv) Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e
- v) Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação ser fiavelmente mensurados.

Quando o rédito é proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido quando:

- i) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada,
- ii) Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade,
- iii) A fase de acabamento da transação à data de fim de período seja fiavelmente mensurada, e
- iv) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação de serviços.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos serão reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material, nas quantias escrituradas de ativos e de passivos no decurso do ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível, à data da preparação das demonstrações financeiras, e com base no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

4. Fluxo de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários à ordem, sendo a sua decomposição a 31 de dezembro de 2018 e 2017 a seguinte:

	2018	2017
Caixa	12 481	11 857
Depósitos bancários	128 589	205 237
Total....	141 070	217 094

5. Outros ativos financeiros

O valor desta rubrica refere-se ao Fundo de Compensação Salarial

6. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos (com IVA) e transações efetuadas (sem IVA) com partes relacionadas podem ser resumidos da forma que se segue:

Parte Relacionada	Saldos a receber em 2018	Saldos a receber em 2017	Saldos a pagar em 2018	Saldos a pagar em 2017
Câmara Munic. Paços de Ferreira - C/C	212 646	223 133	0	0
Total ...	212 646	223 133	0	0

Parte Relacionada	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2018	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2017	Compras em 2018	Compras em 2017
Câmara Munic. Paços de Ferreira	1 869 384	1 809 336	0	0
Total ...	1 869 384	1 809 336	0	0

Os montantes de 2018 relativo às partes relacionadas inclui um total de 184.769€ a título de Prestações de Serviços e 1.668.942€ em subsídios à exploração. Relativo aos subsídios à exploração, 1.449.130 euros referem-se a Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde e no Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e os restantes 219.812€ são referentes aos contratos-programa.

Relativamente a Outros Rendimentos o valor é de 15.673 euros relativos á refaturação de custos dos Jogos Concelhios.

7. Ativos fixos tangíveis

No ativo fixo tangível foram verificados os seguintes movimentos:

	Terrenos e	Equipamentos			Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em Curso	Total
	Edifícios	Básico	Transporte	Administrativo			
1 de Janeiro de 2017							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 201 266	839 123	9 000	98 688	62 325	0	14 210 402
Depreciação acumulada	2 377 615	288 585	6 566	81 737	46 441	0	2 800 945
Valor líquido	10 823 650	550 537	2 434	16 951	15 885	0	11 409 457
31 de Dezembro de 2016							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2017	10 823 650	550 537	2 434	16 951	15 885	0	11 409 457
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	0	17 543	0	0	0	0	17 543
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	455 627	61 374	938	2 194	5 097	0	525 229
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2017	10 368 023	506 706	1 497	14 757	10 788	0	10 901 771
31 de Dezembro de 2017							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 201 266	856 665	9 000	98 688	62 325	0	14 227 945
Depreciação acumulada	2 833 243	349 959	7 504	83 931	51 537	0	3 326 174
Valor líquido	10 368 023	506 706	1 497	14 757	10 788	0	10 901 771
31 de Dezembro de 2017							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2018	10 368 023	506 706	1 497	14 757	10 788	0	10 901 771
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	0	53 853	0	0	0	0	53 853
Alienações	0	7 233	0	0	0	0	7 233
Depreciação do exercício	455 627	62 718	938	1 974	3 912	0	525 168
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2018	9 912 396	490 608	559	12 784	6 876	0	10 423 223
31 de Dezembro de 2018							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 201 266	903 285	9 000	98 688	62 325	0	14 274 565
Depreciação acumulada	3 288 870	405 444	8 297	85 905	55 449	0	3 843 966
Valor líquido	9 912 396	497 841	703	12 784	6 876	0	10 430 599

8. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a decomposição era a seguinte:

	2018	2017
Clientes	284 550	234 048
Perdas por imparidade	-159 973	-110 566
Partes relacionadas	212 646	223 133
Total ...	337 223	346 615

A dívida de clientes em 2018 com prazo até 90 dias cifra-se em 235.227,11 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 18.627,77 euros e a dívida superior a 180 dias é de 243.341,12 euros.

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Outras contas a receber	0	0
Imparidade das contas a receber	0	0
Outras contas a receber (líquido)	0	0
Outras contas a receber de partes relacionadas	1 021 962	671 093
Total ...	1 021 962	671 093

O montante relativo às partes relacionadas referem-se à faturação a, referente às Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2018 e a faturar à CMPF no decurso de 2019.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 esta conta era constituída maioritariamente por seguros pagos e rendas recebidas antecipadamente.

	2018	2017
Seguros e Outros gastos	5 348	3 321
Rendas e Subsídios	(1 000)	(1 000)
Total ...	4 348	2 321

11. Capital Próprio

O Capital Social, inteiramente realizado e detido a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, à data de 31 de dezembro de 2018 ascendia a 11.358.894 euros, representado por 189 314 901 (cento e oitenta e nove milhões trezentos e catorze mil novecentos e uma) ações nominativas e tituladas, com o valor nominal de 0,06 euros (seis cêntimos) cada.

Ao nível dos Resultados Transitados verificamos a seguinte evolução, após dos saldos de 2016:

	2018	2017
Resultados Transitados - Saldo Inicial	(570.724)	(727.945)
Aplicação de Resultados do Exercício N-1	9.671	157.221
Resultados Transitados - Saldo Final	(561.053)	(570.724)

A rubrica de "Outras Variações no Capital Próprio" inclui os subsídios para investimentos, líquidos de impostos diferidos, que foram atribuídos à GESPAÇOS no âmbito da requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte – ON2 aprovado em 2011 e da Promoção da Eficiência Energético-Ambiental nas piscinas municipais de Paços e Ferreira e Freamunde

e nos pavilhões de municipais de Paços de Ferreira e Modelos, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte – ON2 aprovado em 2013.

12. Financiamentos obtidos

O financiamento obtido está, na sua integralidade, denominado em euros e compreendem:

Crédito em regime de conta corrente - Em 7 de Maio de 2013 foi celebrado um contrato de abertura de um crédito em regime de conta corrente contraída junto da entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Paredes, C.R.L., para apoio à tesouraria da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros). O capital utilizado vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual por excesso se a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco, ou por defeito se for inferior e acrescida de um “spread” de 5,5%. A 8 de Novembro de 2013, passado um semestre o Spread foi corrigido para 6,5%. Em novembro de 2018 o spread a CCC foi reduzido para 4,75%. A 31 de Dezembro de 2018, esta conta estava utilizada no montante de 340.000,00 euros.

Este contrato de abertura de crédito em regime de conta corrente, tem associada uma hipoteca sobre o prédio urbano, composto por edifício de dois pisos e logradouro sito na Rua Padre Arnaldo Meireles, da freguesia de Freamunde, concelho de Paços de Ferreira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paços de Ferreira sob o número dois mil, duzentos e vinte de Freamunde, registado a favor da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A., inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 3059, com o valor patrimonial de 1.575.961,80 euros.

Resumindo esta rubrica apresentava em 31 de dezembro de 2018 e 2017 seguinte decomposição:

	2018	2017
Empréstimos bancários	340 000	350 000
Total ...	340 000	350 000
Dívida não corrente	0	0
Dívida corrente ...	340 000	350 000

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Fornecedores e outros credores	83 900	137 766
Partes relacionadas	0	0
Total ...	83 900	137 766

A dívida de fornecedores em 2017 com prazo até 90 dias cifra-se em 44.596,20 euros e a dívida superior a 180 dias é de 39.303,80 euros.

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os montantes a haver e a pagar ao Estado e a outros entes públicos podem ser analisados da seguinte forma:

Saldos Devedores	2018	2017
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	0	8 963
Imposto sobre o Valor Acrescentado	0	2 339
Total ...	0	11 303

Saldos Credores	2018	2017
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	1 426	0
Imposto sobre o Valor Acrescentado	29 459	0
Imposto sobre Rend. P. Singulares	2 365	6 353
Contribuições para a Segurança Social	20 643	19 855
Outras tributações	251	196
Total ...	54 143	26 404

15. Outras contas a pagar**15.1 Outras contas a pagar – Passivo corrente**

Resumindo, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Saldos Credores	2018	2017
Remunerações a liquidar	136 223	125 805
Outros acréscimos de gastos	19 967	30 312
Outros	0	438
Total ...	156 190	156 555

15.2 Passivo não corrente - Passivos por impostos diferidos

Saldos Credores	2018	2017
ON2 - Parque Urbano	107 991	148 544
Total ...	107 991	148 544

16. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no período de 2018 e de 2017, podem ser analisadas da seguinte forma:

	2018	2017
Prestações de serviços:		
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	184 769	209 690
Utentes	274 178	259 267
Outras entidades	39 222	54 750
Total ...	498 169	523 707

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Outros Flúidos	132 446	119 728
Electricidade	103 718	104 796
Honorários	42 826	24 003
Água	78 505	85 132
Conservação e Reparação	89 406	173 686
Limpeza, higiene e conforto	27 064	30 411
Trabalhos especializados	20 249	12 809
Ferramentas e utens. desg. rápido	28 966	27 565
Outros	40 349	36 015
Total ...	563 529	614 145

18. Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Salários e ordenados	943 078	876 385
Gastos com rescisão de contratos	4 071	12 908
Contribuições para a segurança social	206 157	189 571
Outras despesas c/ pessoal	12 410	16 905
Total ...	1 165 716	1 095 769

Os outros gastos com o pessoal englobam seguros acidentes trabalho, medicina no trabalho, entre outros.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de:

	2018	2017
Número médio de empregados	90	83
Número de empregados no fim do período	82	81

19. Subsídios à Exploração

	2018	2017
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1 668 942	1 578 552
Total ...	1 668 942	1 578 552

20. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Aluguer de Equipamento	25 134	41 399
Outros rendimentos suplementares	5 687	6 715
Custos dos bens sinistrados e amortizações	0	6 193
Imputação de subsídios para Investimentos	193 114	191 401
Correcções relativas a períodos anteriores	0	13 914
Outros rendimentos e ganhos não especificados	16 217	39 852
Total ...	240 151	299 474

O valor em outros rendimentos e ganhos não especificados inclui em 2017 18.965,19€ referentes á anulação da dívida com a EDP Serviço Universal, SA, em 2018 o valor refere-se a refaturação do Torneio Interfreguesias.

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, repartiam-se do seguinte modo:

	2018	2017
Impostos	48 055	53 954
Correcções relativas a períodos anteriores	6 275	31 976
Insuficiência de estimativa de imp. s/ rendimento	549	250
Outros gastos e perdas	2 613	5 019
Total ...	57 493	91 199

Em 2017 e 2018 foi incluído, respetivamente 25.506,04€ e 17.235,82€ na rubrica de Impostos, referente a uma taxa cobrada a título de despesas de trabalhadores das Autarquias locais ao SNS, inscrito no art.144º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro.

22. Gastos financeiros líquidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	20 300	24 782
Total ...	20 300	24 782

23. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento estão reconhecidos na demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Imposto corrente*	6 901	7 088
Imposto diferido	-11 115	-10 535
Total ...	-4 214	-3 447

A estimativa de imposto foi apurada tendo em conta o regime geral do Imposto sobre o Rendimento (IRC), pelo que foi aplicada da taxa de 17% sobre 15.000,00€ da matéria coletável e o restante á taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, foi apurada derrama municipal à taxa de 1,5%, na medida em que os lucros tributáveis estão sujeitos a este imposto nos termos da Lei das Finanças Locais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, sendo que, na opinião da Administração, não é previsível que ocorram correções com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

Informamos ainda que a 31 de Dezembro de 2018 a Empresa tem a situação regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.

24. Passivos Contingentes

Não existem obrigações da Empresa que possam ser consideradas passivos contingentes.

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

Em conformidade com o disposto na b), n.º1 do Art.º 66º-A, os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos à Certificação Legal das Contas, em 2018 e 2017 foram os seguintes (valores sem IVA):

	2018	2017
Honorários do Revisor Oficial de Contas	6 000	6 000
Total ...	6 000	6 000

26. Outras Informações

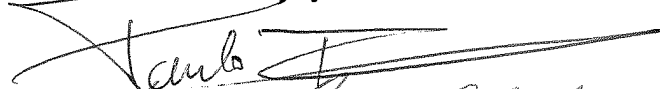
Não existem outras informações para além daquelas apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

27. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 9 de Abril de 2019.

Técnico Oficial de Contas


(Miguel Pinto, T.O.C.nº62433)

Administração


(PAULO JORGE RODRIGUES FERREIRA)



CERTIFICAÇÃO LEGAL

DE CONTAS

E PARECER DO FISCAL ÚNICO